

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ACRE: A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SOB O ENFOQUE DA GESTÃO AMBIENTAL

### SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN ACRE: THE BUDGETARY IMPLEMENTATION UNDER THE FOCUS OF ENVIRONMENTAL MANAGEMENT

*Christiano Coelho*<sup>1</sup>

*Joabe Demétrio Fernandes de Macedo*<sup>2</sup>

*Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho*<sup>3</sup>

*Arthur William Pereira da Silva*<sup>4</sup>

*Helaine Cristine Carneiro Dos Santos*<sup>5</sup>

---

#### RESUMO

Com a intensificação do debate sobre qual seria o conceito de desenvolvimento, e com a dissociação entre este e o conceito de crescimento econômico, um movimento ganhou força entre os novos padrões capitalistas: a sustentabilidade. Na busca por evitar conflitos e encontrar soluções alternativas para o crescimento econômico baseado na utilização indiscriminada dos recursos naturais, pesquisadores e entidades governamentais começaram a realizar pesquisas voltadas à evidencição dos impactos causados ao meio ambiente pelo atual modelo de desenvolvimento. Nesse interim, adquire força o modelo de desenvolvimento sustentável, existindo, entre outros instrumentos, para o seu alcance a Gestão Ambiental. Inserido no maior bioma brasileiro, o bioma Amazônico, o Estado do Acre adota o discurso do desenvolvimento sustentável como vocação econômica desde 1998. Desse modo, foram analisadas as características da gestão ambiental do Estado do Acre através da sua execução orçamentária. Para isso, a presente pesquisa utilizou o método da pesquisa documental e da análise interpretativa, analisando o processo orçamentário de uma entidade governamental, sendo classificada quanto à abordagem, como predominantemente qualitativa. Entre os resultados obtidos, destaca-se que as dotações nas LOAs representaram 94,29% do valor do PPA, as dotações atualizadas 112,21% e o valor liquidado 88,40%. Além disso, os indicadores revelam que as taxas de desmatamento diminuíram após a execução orçamentária do programa de gestão ambiental do Estado.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPB); Atua como professor junto ao Departamento de Finanças e Contabilidade/Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); [floripacoelho@gmail.com](mailto:floripacoelho@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduado em Administração – UFPB; Vinculado a Universidade Federal da Paraíba (UFPB); [jbmacedo87@gmail.com](mailto:jbmacedo87@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI; Professora do Curso de Administração da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA/UFPB) e do Programa de Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI/UFPB); [alalcoelho@gmail.com](mailto:alalcoelho@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutorando em Administração pela Universidade Potiguar (UNP); Vinculado ao PPGA da Universidade Potiguar – UNP; [arthurwilliamadm@hotmail.com](mailto:arthurwilliamadm@hotmail.com)

<sup>5</sup> Mestra em administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Professora do curso de Administração na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); [helainecristine@hotmail.com](mailto:helainecristine@hotmail.com)

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade. Gestão Ambiental. Orçamento Público. Execução Orçamentária.

## **ABSTRACT**

*With the intensification of the debate about what the concept of development would be, and with the dissociation between it and the concept of economic growth, a movement gained strength among the new capitalist patterns: sustainability. In the quest to avoid conflicts and find alternative solutions to economic growth based on the indiscriminate use of natural resources, researchers and government entities began to carry out research aimed at revealing the impacts caused to the environment by the current development model. In the meantime, the sustainable development model acquires strength, and there is, among other instruments, Environmental Management. Inserted in the largest Brazilian biome, the Amazon biome, the State of Acre adopts the discourse of sustainable development as an economic vocation since 1998. In this way, the characteristics of the environmental management of the State of Acre through its budget execution were analyzed. For this, the present research used the method of documentary research and interpretative analysis, analyzing the budgetary process of a governmental entity, being classified in the approach, as predominantly qualitative. Among the results obtained, it should be noted that the appropriations in LOAs accounted for 94.29% of the PPA value, the appropriations updated 112.21% and the value settled 88.40%. In addition, indicators show that deforestation rates have declined following the budgetary execution of the State's environmental management program.*

**Keywords:** Sustainable Development. Sustainability. Environmental management. Public budget. Budget Execution.

## **1 INTRODUÇÃO**

Diante das crises financeiras, dos desastres causados pela intervenção humana na natureza e das desigualdades socioeconômicas, o debate sobre a eficácia e eficiência do atual modelo de desenvolvimento tem se intensificado ao longo dos anos. Originaram-se discussões sobre o conceito de desenvolvimento, onde pesquisadores e entidades governamentais passaram a considerar outros fatores (sociais, ambientais, culturais, etc.), além dos critérios econômicos que embasavam, até então, o padrão de desenvolvimento da sociedade.

Conforme Veiga (2008), até os anos 1960 não se sentia a necessidade de se distinguir desenvolvimento de crescimento econômico. A compreensão de que países industrializados eram desenvolvidos estava presente no discurso das teorias econômicas, sugerindo que crescimento econômico e desenvolvimento eram sinônimos ou indissociáveis. Assim, países menos industrializados eram rotulados de subdesenvolvidos.

Diante desse cenário, organizações governamentais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), dirigiram seus esforços a pesquisas sobre o conceito de desenvolvimento. Dessas pesquisas, surgiram possíveis instrumentos de mensuração da qualidade de vida de uma sociedade, entre eles o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Com a divulgação do IDH, ficou evidente a fragilidade

do conceito de desenvolvimento sustentado até então, que, embasado em indicadores econômicos, considerava apenas fatores como renda per capita ou renda do trabalhador, desconsiderando os demais fatores que regem a sociedade.

Conforme Rampazzo (2002), a atual crise ecológica é apenas o reflexo do caráter insustentável do capitalismo, ressaltando que discutir a questão ecológica sem discutir os fundamentos materiais, institucionais e culturais da sociedade resulta num discurso vazio, e que a economia não pode mais ser vista como um sistema dissociado do mundo da natureza, uma vez que a sociedade depende dos recursos desta para sobreviver.

Moraes (2003) coloca que a questão ambiental se encontra enraizada na crise do modelo de desenvolvimento vigente e requer alterações profundas na organização da sociedade humana. O autor apresenta seis dimensões da questão ambiental: econômica, social, ética, pedagógica, ecológica e política. Esta última, por sua vez, está subjacente e se articula às demais dimensões, se caracterizando pelos questionamentos da precariedade da legitimidade e da eficácia dos instrumentos e processos de tomada de decisão tradicionais. Evidencia ainda, a dificuldade existente em se democratizar os processos de decisão do Estado e garantir, ao mesmo tempo, o crescimento econômico com a inclusão gradativa e permanente de todos no usufruto dos benefícios desse crescimento, garantindo também a integralidade das funções, estruturas e serviços dos ecossistemas naturais.

O autor traz ao debate o fato de que a deficiência nas ações de gestão ambiental, por parte do governo, não está na escassez de normas que assistam à política ambiental, mas sim na implementação delas. Dentro desse contexto, cabe citar a proposta metodológica de Macedo (1994) para a sustentabilidade ambiental, dividida em quatro instrumentos para a gestão ambiental: ordenamento territorial, plano para desempenho ambiental, sistema de gestão territorial e sistema de gestão da qualidade ambiental. O autor destaca que o plano para desempenho ambiental deve conter ações que tenham suas premissas em princípios e compromissos ambientais.

Considerando que o atual modelo de desenvolvimento se encontra em crise (BECKER, 2002; RAMPAZZO, 2002; SACHS, 2002; BELLEN, 2006; MORAES, 2003; VEIGA, 2008; SILVA; SIQUEIRA, 2015) e a necessidade de um modelo alternativo (BECKER, 2002; RAMPAZZO, 2002; SACHS, 2002; SILVA; SIQUEIRA, 2015), o desenvolvimento sustentável adquire força como possível mediador para o conflito “crescimento econômico x preservação socioambiental”.

Com base nisso, busca-se analisar as características da gestão ambiental no Estado do Acre através de sua execução orçamentária, de modo que a presente pesquisa terá os Planejamentos Plurianuais, as Leis Orçamentárias do Estado e os Demonstrativos da Execução Financeira e Orçamentária do Estado como objeto de estudo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Desenvolvimento sustentável e estado

Segundo diversos autores (ELKINGTON, 1997; SACHS, 2002; GADOTTI, 2008; BAGGIO; BARCELOS, 2008; JICKLING, 2009; JACOBI *et al.*, 2011; MELO, 2012; PALMA, ALVES; SILVA, 2013; SARTORI, LATRÔNICO; CAMPOS, 2014) o desenvolvimento não se confunde com o crescimento econômico, uma vez que este constitui uma condição necessária, mas não suficiente; não devendo o projeto de desenvolvimento adotado se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua

base econômica e ignorar relações complexas, no que se refere ao futuro das sociedades humanas e da biosfera. Veiga (2008) apresenta uma visão crítica a cerca do sentido que o termo “desenvolvimento” adquiriu ao longo do tempo, sendo entendido como sinônimo de crescimento econômico, quando este na verdade representa apenas um meio de se obter outros fatores necessários ao bem-estar da sociedade. Sua posição se mantém contra as afirmações de que o desenvolvimento possa ser medido apenas pelo uso de variáveis econômicas quantitativas, tais como PIB *per capita*. Contudo, o autor reconhece os avanços da Organização das Nações Unidas (ONU) ao lançar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que busca sintetizar dados disponíveis sobre as condições dos países em um único índice, sendo apresentado como substituto ideal para os então “falidos” indicadores econômicos, no que se refere à mensuração da qualidade de vida das populações dos vários países.

Guimarães & Januzzi (2005) relatam que as variáveis econômicas passaram a ser utilizadas de maneira universal como indicadores de desenvolvimento a partir da década de 1950, entre os quais se destacou o PIB *per capita*, tornando-se o mais famoso dos chamados Indicadores de Primeira Geração. Entre os fatores que levaram a escolha desse indicador, os autores destacam quatro fatores: 1) o fato de se tratar de um dado disponível para quase todos os países; 2) ser uma variável de fácil entendimento; 3) permitir uma comparabilidade factível; e 4) relacionar-se a dimensões geralmente reconhecidas como parte integrante do processo de desenvolvimento, tais como crescimento econômico e dinâmica demográfica. No entanto, com o passar do tempo, o PIB *per capita* começou a apresentar uma série de desvantagens, entre as quais se destacam: 1) a incapacidade de refletir a distribuição da renda interna em cada unidade territorial; 2) o fato de ser sensivelmente afetado pela variação cambial; e 3) o seu caráter unidimensional, ou seja, sua configuração não permitia a captação de outros aspectos essenciais, tais como a educação, saúde e meio ambiente.

Devido a isso, pesquisadores e organismos internacionais passaram a buscar a elaboração de novos indicadores substitutos, resultando na criação dos Indicadores de Segunda Geração, dos quais o IDH se tornou o mais popular, substituindo o PIB *per capita* como o indicador de bem-estar da população. Com o uso do IDH, surge o conceito de “desenvolvimento humano”, que conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2016) parte do pressuposto de que para a avaliação da qualidade de vida de uma população é necessário ir além do viés puramente econômico e considerar as características sociais, culturais e políticas que influenciam essa qualidade de vida. Guimarães & Januzzi (2005) destacam a sustentação do PNUD de que o conceito de desenvolvimento humano é um diferencial em relação às teorias do capital humano — já que estas veem as pessoas como meio de produção e não como objetivos finais — e aos enfoques de bem-estar — que apresentam as pessoas como beneficiárias do desenvolvimento, mas não como participantes deste.

No entanto, apesar de incorporar aspectos não contemplados pelos PIB *per capita* e apresentar uma visão mais sensível à realidade humana, o IDH ainda apresenta limitações na prática. Entre essas limitações, destaca-se o que os autores denominam superdimensionamento do índice, ou seja, a supervalorização do mesmo. Eles chamam a atenção para o fato de que o indicador, embora bem mais completo que o seu antecessor, não incorpora todos os aspectos responsáveis pelo bem-estar social. Desse modo, ainda que não haja variação no IDH de um país, região ou localidade, não significa que não ocorreram avanços ou retrocessos das condições de vida, podendo ter sido direcionados esforços, por parte dos governantes ou gestores, na aplicação de políticas para mudança social em uma dimensão não contemplada pelo índice. Também, em decorrência dessa não contemplação de todos os fatores que influenciam no bem-estar social, surge a falta de percepção dos valores ideológicos e políticos

presentes nas relações sociais, que afetam diretamente o processo de mudança social. Os autores evidenciam, como outra limitação, o fato do índice pressupor a determinação de padrões mínimos de qualidade de vida válidos para todos os países e culturas. Afirmam que esse fato desrespeita as particularidades de cada região e não considera que os hábitos de consumo e satisfação são relativos, variando conforme a cultura e demais aspectos sociais de cada localidade. Assim, em um contexto de indicadores desenvolvidos para mensurar o bem-estar social que apresentam várias limitações, adquire força outro conceito: o de desenvolvimento sustentável.

A noção de desenvolvimento sustentável, conforme (SPRINGETT, 2005; BELLEN, 2006; LANKOSKI, 2016; LOPES; TENÓRIO, 2006; GRISWOLD, 2017; SMITH; STEVENSON, 2017; DUBEY, GUNASEKARAN; DESHPANDE, 2017; FELGENDREHER; LÖFGREN, 2017), tem sua origem no debate internacional sobre o que seria desenvolvimento, sendo resultado da reavaliação da noção deste último, intensamente ligado à ideia de crescimento. Como já exposto, o conceito de desenvolvimento ultrapassa o de crescimento econômico, sendo este um dos meios para se alcançar aquele. Os autores apresentam alguns eventos que contribuíram para a discussão desse conceito no século XX: O primeiro diz respeito à elaboração de um relatório, produzido pelo Clube de Roma, em 1972, sobre os limites do crescimento, seguido do surgimento do conceito de ecodesenvolvimento, em 1973, tendo alguns de seus aspectos articulados por Ignacy Sachs. Em 1974, ocorre a formulação da Declaração de Cocoyok, como resultado da reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA). No ano seguinte, a Fundação Dag-Hmmarskjöld — com a colaboração de 48 países, do PNUMA e mais 13 organizações da ONU — publica um relatório, como um aprofundamento da Declaração de Cocoyok, tratando da questão do poder e sua relação com a degradação ambiental, trazendo a debate o papel de um novo desenvolvimento capaz de mudar os sistemas vigentes. As expressões desenvolvimento sustentável e sustentabilidade têm se difundido amplamente após a publicação do relatório elaborado pela comissão Brundtland (BRUNDTLAND, 1987), que propôs o conceito de desenvolvimento sustentável como “suprir as necessidades da geração presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas”. Em 1992, é realizada uma nova conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, dessa vez no Rio de Janeiro, conhecida como ECO-92, que aumentou o nível de consciência sobre o modelo de desenvolvimento utilizado e suas limitações.

## 2.2 Gestão Ambiental

De acordo com Braga (2011, p. 14), “gestão ambiental significa incorporar à gestão estratégica da organização princípios e valores que visem ao alcance de um modelo de negócio focado no desenvolvimento sustentável”. A autora ressalta que a necessidade de gestão ambiental tem se intensificado nos últimos anos, pelo fato da preocupação com meio ambiente passar a assumir um posicionamento estratégico dentro das entidades, em decorrência dos vários benefícios possíveis com a adoção de uma postura mais responsável em relação ao ambiente. Entre os benefícios pode-se destacar a redução de riscos e dos custos, a melhoria da imagem corporativa, a continuidade do negócio e a maior lucratividade, que são obtidos através da avaliação do processo operacional, visando à prevenção, ao monitoramento e à recuperação de eventos e transações que geram e minimizam impactos ambientais.

No entanto, a gestão ambiental tem sua origem de aplicação não por parte das grandes corporações empresariais, mas, sim, pelas entidades e órgãos responsáveis pelo bem-estar social. Isso é percebido no

exposto por Barbieri (2011), ao relatar que desde a Antiguidade diversas experiências foram adotadas na busca por remover o lixo urbano que infestava as ruas das cidades prejudicando a saúde dos habitantes. Destaca também a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1972, sendo considerado o primeiro parque natural do mundo administrado pelo poder público, confirmando o crescimento da consciência ambiental por amplos setores da sociedade e ratificando a emergência da gestão ambiental. Contudo, o autor ressalta que um dos fatores para a expansão das ações referentes à causa ambiental, na metade do século XIX, foi a intensificação do debate entre membros da comunidade científica e artística para delimitar áreas de preservação ambiental, visando à proteção da vida selvagem.

Entretanto, longe de procurar atender apenas às questões de preservação da diversidade animal, a gestão ambiental se apresenta como ferramenta ao modelo do desenvolvimento sustentável, que, por sua vez, busca encaminhar a sociedade à sustentabilidade (JENSEN, 2002; SPRINGETT, 2005; SAMUELSSON; KAGA, 2008; NORDDAHL, 2008; KJØRHOLT, 2012; EVANS, WHITEHOUSE; GOOCH, 2012; KENNELLY *et al.*, 2012; DAVIS; ELLIOTT, 2014; GREEN; SOMERVILLE, 2015; DAVIS, 2015; JENKINS, 2015; ENGDAHL, 2015; BUSATTO, 2015). Sob essa perspectiva, Sachs (2002, p. 76), sobre a adoção de uma economia fundamentada no uso da biomassa, apresenta uma forma de gestão “negociada e contratual de recursos” como sendo a pedra fundamental para o desenvolvimento sustentável. Diversos autores (JENSEN, 2002; SPRINGETT, 2005; SAMUELSSON; KAGA, 2008; NORDDAHL, 2008; KJØRHOLT, 2012; EVANS, EVANS, WHITEHOUSE; GOOCH, 2012; KENNELLY *et al.*, 2012; DAVIS; ELLIOTT, 2014; GREEN; SOMERVILLE, 2015; DAVIS, 2015; JENKINS, 2015; ENGDAHL, 2015; BUSATTO, 2015) descrevem como condição importante para qualquer desenvolvimento, a garantia de que a população local receba parte dos benefícios oriundos do aproveitamento de seus saberes e recursos por elas coletados. O autor evidencia, também, dúvidas sobre a possibilidade de se galgar um desenvolvimento sustentável de forma autoritária, por parte do Estado, e expõem a necessidade de se estabelecer acordos entre Estado e as comunidades pertencentes a locais que possuem grande potencial de utilização dos recursos naturais.

Dessa maneira, segundo o autor, o “ecodesenvolvimento” requer o planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidas na proteção da área. Assim, faz-se necessário que o Estado torne a sociedade participante do desenvolvimento rumo à sustentabilidade, apresentando em seu discurso, os benefícios que proporcionará a ela através das ações de gestão tomadas.

### 2.3 Orçamento Público

De acordo com Giacomoni (2008), o orçamento tem sua origem como instrumento formalmente acabado na Inglaterra, por volta de 1822, sendo uma forma de controle do Parlamento sobre os gastos públicos. Com a chegada do século XX e uma visão mais administrativa a respeito do estado, o orçamento passou a ser visto como ferramenta de administração pública para o Executivo, conforme relata Giacomoni (2008, p. 57):

A reforma orçamentária na sua essência exigia que os orçamentos públicos deveriam constituir-se em instrumentos de administração, de forma que auxiliassem o Executivo em várias etapas do processo administrativo: programação, execução e controle. A partir de suas características como documentação de “antecipação”, o orçamento representaria a própria programação de trabalho do governo.

Assumindo que o orçamento não tem apenas função fiscalizadora, mas também administrativa, cabe aqui a observação de D'Áuria (1962), quando já afirmava que pertence ao Estado a administração dos negócios da coletividade, através de serviços necessários ao bem-estar geral e de preservação permanente da nacionalidade. Evidenciou também que a para prestação desses serviços, faz-se necessária a utilização de meios pecuniários fornecidos pela sociedade, obtidos como receitas, e utilizados sob a forma de despesas. Não obstante, devem ser fixados períodos certos e iguais de tempo, os chamados exercícios financeiros, a fim de que seja possível se conhecer, a ação gestiva dos dinheiros públicos, com certa periodicidade.

Corroborando essa visão, é que surge o Planejamento Plurianual (PPA), que segundo Giacomoni (2008), constitui-se na síntese dos esforços de planejamento de toda a administração pública e que orienta a elaboração dos demais planos e programas de governo, bem como o orçamento anual. A Constituição Federal de 1988, na Seção II – Dos Orçamentos, de seu Capítulo II – Das Finanças Públicas, estabelece os parâmetros para a elaboração e execução do orçamento, onde, no caput de seu art. 165, determina que o plano plurianual seja estabelecido por lei de iniciativa do Executivo. Estabelece ainda, no §1º do referido artigo, que a lei que instituir o plano plurianual, será responsável por estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as despesas relativas a programas de educação continuada. O §9º, por sua vez, em seu inciso I, determina que caiba à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, vigência, prazos, elaboração e organização do PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

De uma maneira bem simples e objetiva, pode-se dizer que o orçamento público, no geral, é elaborado com objetivo principal de se conhecer onde o dinheiro público está sendo gasto, quer para fins fiscais, quer para fins gerenciais. E como, conforme as observações do professor D'Áuria (1962), os gastos públicos são realizados por meio pecuniário, denominados despesas, cabe aqui uma seção a tratar sobre esse componente orçamentário.

### **2.3.1 Despesa pública**

De acordo com Silva (2011, p. 247) “constituem despesa todos os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, das leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos”. O Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público – MCASP, por sua vez, apresenta a despesa orçamentária sob quatro classificações: institucional, funcional, por estrutura programática e por natureza da despesa. A classificação institucional é definida como a apresentação da estrutura de alocação dos créditos orçamentários, estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária. Entende-se por órgão orçamentário, o agrupamento de unidades orçamentárias, sendo estas definidas como o conjunto de serviços subordinados ao mesmo órgão, ou repartição, ao qual serão concedidas dotações próprias, não sendo elas necessariamente unidades administrativas, podendo assumir a forma de fundos especiais, transferências específicas ou outras operações financeiras e de crédito.

No que se refere à classificação por estrutura programática, evidencia-se a alocação de créditos por programas e ações de governo. Programa é entendido como o instrumento de organização do governo, por meio do qual este discursa um conjunto de ações para alcance de um objetivo comum,

com o intuito de se resolver um determinado problema ou atender a uma demanda social específica. Segundo a Portaria MOG nº 42/1999, os programas devem ser orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no PPA, sendo suas estruturas, códigos e identificação definidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em atos próprios. A ação corresponde à operação da qual resultam produtos, sob a forma de bens ou serviços, que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Estão incluídas no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e financiamentos, dentre outros. As ações, conforme suas características, podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais (BRASIL, 2015).

Além da classificação em programa e ação, o MCASP traz também os conceitos de “Localizador de Gasto” e “Meta”. Estes permitem um melhor controle governamental e social sobre a implantação das políticas públicas, evidenciando também o foco, os custos e os impactos da ação governamental. O localizador de gasto, ou “Subtítulo”, determina a localização física da ação, podendo ser de abrangência nacional, no exterior, por região, por estado, por município ou por outro critério específico. O uso desse localizador é mais evidente no orçamento da União, devido às suas dimensões e alcance orçamentários, conforme determinação de sua Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Com relação à “Meta”, esta pode ser definida como a quantidade de produto a ser ofertado por ação, de forma regionalizada ou não, num determinado período e instituída para cada ano. A localização das metas é expressa nos localizadores de gastos previamente definidos para a ação.

Quanto à classificação por Natureza da Despesa Orçamentária, o MCASP evidencia que a despesa é composta de: “Categoria Econômica”, “Grupo de Natureza da Despesa”, “Elemento de Despesa” e pela informação gerencial “Modalidade de Aplicação da Despesa”. A Categoria Econômica separa a despesa orçamentária em “Despesas Correntes”, que não favorecem diretamente a formação ou aquisição de um bem capital, e em “Despesas de Capital”, que contribuem de forma direta para aquisição ou formação de tal bem. O Grupo de Natureza da Despesa (GND) agrega as despesas com as mesmas características quanto ao objeto de gasto. São seis os grupos de despesas orçamentárias: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Outras Despesas Correntes, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortizações da Dívida. O Elemento de Despesa, por sua vez, tem por finalidade a identificação dos objetos de gastos, como material de consumo e serviços prestados por terceiros, por exemplo, e a Modalidade de Aplicação indica se os recursos estão sendo aplicados por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente/entidades da Federação, como também se a aplicação é realizada diretamente pela unidade detentora do crédito ou através de transferência para outras entidades (públicas ou privadas), permitindo a eliminação de dupla contagem no orçamento.

Com relação à classificação funcional o MCASP (BRASIL, 2015, p. 68) evidencia que: “A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação ‘em que’ área de ação governamental a despesa será realizada”. Sendo instituída pela Portaria nº 42/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão, a classificação funcional traz consigo uma lista de códigos para funções e subfunções prefixadas, sendo comum e obrigatória para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e permite a consolidação nacional dos gastos por setor público.



Figura 1 – Modelo de código da classificação Funcional – Função e Subfunção

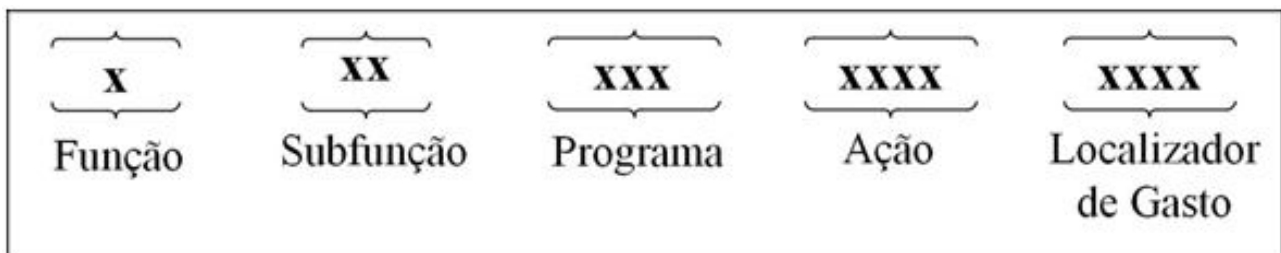


Fonte: Adaptado de BRASIL (2015)

Na figura 1, a “Função”, representada pelos dois primeiros dígitos, é o maior nível de agregação das áreas de atuação do setor público e, segundo o MCASP, geralmente está relacionada com a missão institucional do órgão (cultura, educação, saúde, etc.). A “Subfunção”, indicada pelos três últimos dígitos, tem como objetivo a evidenciação de cada área de atuação do governo, através dos conjuntos de despesas e da identificação da natureza de ações que se agrupam ao redor das funções. As subfunções podem ser combinadas com funções às quais não são relacionadas na Portaria MOG nº 42/1999, exceto as subfunções pertinentes à função 28 – Encargos Especiais, que só podem ser utilizadas em conjunto.

A codificação adotada na Lei Orçamentária Anual (LOA) é a da classificação Funcional-Programática, conforme figura 2:

Figura 2 - Modelo de código da classificação Funcional- Programática



Fonte: Adaptado de BRASIL (2015)

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Tipologia de Pesquisa

Quanto aos objetivos, essa pesquisa caracteriza-se como descritiva. Gil (2008) ressalta que o principal objetivo desse tipo de pesquisa é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, utilizando-se, entre outros procedimentos, técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, o presente estudo classifica-se como sendo uma pesquisa documental. De acordo com Gil (2008) e Lakatos & Marconi (2015), a pesquisa bibliográfica tem como principal objetivo colocar o pesquisador em contato direto com o que foi

escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. No que se refere ao processo de análise dos dados, esta pesquisa valeu-se da análise interpretativa, que de acordo com (FLICK, 2009; MERRIAM, 2009) é aquela que perscruta as diversas fontes de dados utilizadas em busca de encontrar significado, de acordo com os objetivos lançados inicialmente. Em relação à sua abordagem, caracteriza-se como predominantemente qualitativa, pois busca analisar de maneira profunda as relações das variáveis entre si e entre o ambiente onde estão inseridas.

### 3.2 Procedimentos Metodológicos

Foram analisados dados de 2012-2015 coletados dos PPAs do Estado do Acre, disponíveis no Portal do Governo do Acre (2016), das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), publicadas no Diário Oficial do Estado, e dos relatórios de despesas do Estado, disponível em seu Portal da Transparência.

O primeiro passo da coleta dos dados foi a obtenção do PPA. Em seguida, foi realizada uma pesquisa no texto, utilizando os radicais “sustent” e “ambient”, a fim de se identificar quais os programas destinados à manutenção do desenvolvimento sustentável no Estado e os respectivos valores orçados para os mesmos.

Em seguida, procedeu-se à coleta dos valores referentes a este nas LOAs publicadas durante o período abrangido pelo PPA. Para isso, foram analisados os Demonstrativos de Execução Financeira e Orçamentária do Estado (DEFOs), disponíveis no Portal da Transparência do Estado. Foi possível identificar os valores orçados, orçados atualizados, empenhados, liquidados e pagos para cada programa identificado no PPA. Realizou-se uma análise comparativa entre LOA e DEFOs, a fim de se observar a coerência entre as informações apresentadas por estes relatórios.

Após a coleta, os valores encontrados foram atualizados utilizando o índice IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Segundo Lima & Muniz (2016), o Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna - IGP-DI), mede a variação de preços no mercado de atacado, de consumo e construção civil. Os dados obtidos foram gerenciados no *software Excel 2013*, com o intuito de serem organizados em quadros e tabelas, bem como viabilizar a elaboração de gráficos e a realização de análises estatísticas, permitindo avaliar a evolução do planejamento do desenvolvimento sustentável, em relação ao tempo, e composição orçamentária.

Após determinação das incidências válidas para a pesquisa, buscou-se identificar qual abordagem estava presente no enunciado onde se localizava cada uma. Quanto à abordagem, as incidências foram separadas em dois grupos: as que se encontravam em enunciados cujo contexto se relacionava especificamente à Gestão Ambiental, e as que se encontravam em enunciados cujo contexto fazia referência ao Licenciamento Ambiental.

Em seguida, foram identificados os programas que continham o discurso do desenvolvimento sustentável em seu enunciado, através das incidências validadas que se localizaram nesses programas. Os programas identificados foram primeiramente apresentados em eixos de ação, conforme segregação feita pelo PPA. Após isso, buscou-se apresentar os resultados por programas. Com relação aos programas que não apresentam a mesma estrutura textual dos demais, foram consideradas incidências localizadas em seus resumos (descrição) e em seus títulos.

Após a evidenciação das características do discurso do desenvolvimento sustentável percebidas nos programas do PPA, procedeu-se a evidenciação dos recursos financeiros destinados à implementação destes. Assim, inicia-se a análise entre a coerência discurso-ação da gestão do Estado,

na busca por evidenciar características da gestão ambiental percebidas em seu processo orçamentário.

Após a apresentação do orçamento sob o enfoque do PPA, serão considerados os valores orçados para os programas sustentáveis anualmente, através da análise das LOAs. Primeiramente, evidenciou-se os valores destinados anualmente para os programas sustentáveis por eixo de ação.

Na análise comparativa entre os orçamentos do PPA e as dotações nas LOAs, buscou-se conhecer as variações entre estes dois orçamentos. Contudo, considerando-se que o governo pode alterar o valor das dotações estabelecidas através dos créditos adicionais, prosseguiu-se à evidenciação dessas alterações através de uma análise comparativa entre os valores orçados inicialmente nas LOAs e os valores atualizados no período de 2012-2015.

No que se refere à execução orçamentária, procedeu-se à evidenciação dos valores liquidados. Busca-se com isso, identificar o quanto do discurso do desenvolvimento sustentável faz parte do planejamento do Estado, uma vez que a presente pesquisa utilizará os programas contidos no PPA como sendo uma manifestação do discurso do desenvolvimento sustentável no estado analisado.

### **3.3 População e Amostra**

Com uma superfície correspondente a 4,26% da Região Norte, e 1,92% do território brasileiro, o Estado do Acre alcançou a 15ª posição entre os estados com maior extensão territorial, e encontra-se completamente inserido no maior bioma brasileiro, o da Amazônia. (IBGE, 2016)

Tem-se como população dessa pesquisa os PPA do período de 2000 a 2015 do estado do Acre, que assumiu o paradigma de desenvolvimento sustentável em 1998, conforme relata Schmidlehner (2012).

### **3.4 Delimitação do Estudo**

O presente estudo abrange o período orçamentário de 2012-2015 do Estado do Acre, como sendo seu objeto de análise. Para isso, foram coletados os valores de orçamento do PPA do Estado, referente ao quadriênio 2012-2015, a fim de se identificar os programas que se destinam a atender diretamente à manutenção do discurso do desenvolvimento sustentável. Os dados dos programas identificados no PPA foram vinculados às LOAs dos respectivos exercícios, a fim de se proceder a comparações entre o planejamento durante o quadriênio, e o planejado e executado no anual.

## **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **4.1 Do PPA**

Instituído pela Lei nº 2.534 de 20 de dezembro de 2011, o PPA do Estado do Acre abrange as informações sobre as ações do respectivo governo durante o quadriênio de 2012-2015. Este se encontra dividido em nove partes: Discurso do governador, Lei nº 2.524 de 20 de dezembro de 2011, Apêndice I, Apêndice II, Apêndice III, Apêndice IV, Apêndice V, Apêndice VI e Apêndice VII. (ACRE, 2011)

O PPA se divide em dois grandes grupos: Considerações Iniciais e Dos Programas. As Considerações Iniciais apresentam uma visão geral sobre as condições socioeconômicas e ambientais do estado e os procedimentos adotados pelo governo que visam garantir, dentre outros

aspectos, a manutenção de sua gestão ambiental. Já o grupo Dos Programas expõe informações sobre os programas de trabalho do governo, agrupando-os em eixos de ação específicos, denominados eixos estratégicos.

No Apêndice VI, está localizado o Referencial Orçamentário, onde é apresentado o orçamento para a implementação dos programas durante o quadriênio 2012-2015. Nesse apêndice, o orçamento é dividido em três partes: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento Extraorçamentário e o Orçamento proveniente de Outras Fontes.

O apêndice VII discrimina os valores projetados para a arrecadação da receita durante o quadriênio. Destaca-se nesta parte o fato de terem sido discriminados os valores previstos anualmente para a arrecadação das receitas, procedimento que não foi adotado na evidenciação das despesas previstas.

## 4.2 Da Identificação dos Programas

No Plano Plurianual foram identificadas 219 incidências dos radicais “sustent” e “ambient”. Dessas 219 incidências, 88 foram obtidas utilizando-se “sustent” e 131, ao se utilizar “ambient”. No entanto, muitas das incidências se referiam a elementos do PPA não relacionados ao discurso do desenvolvimento sustentável do Estado. Assim, como não foram utilizados para dar sentido ao texto de frases, parágrafos e tópicos ou complementar o discurso de desenvolvimento sustentável, foram desconsiderados da análise.

A exclusão destas resultou em um total líquido de 178 incidências, das quais 68 foram resultados da busca por “sustent” e 110 da busca por “ambient”. Dessas 178, foram excluídas àquelas que não se relacionavam (NR) com a temática sustentável. Para isso, foi analisado o contexto dos enunciados nas quais se encontravam, através de equipamentos e *softwares*. Também foram subtraídas as incidências em duplicidade (ID). Assim, após as exclusões, obteve-se o total de 140 incidências, conforme Tabela 1.

**Tabela 1-** Quantidade de incidências sem NR e ID

Radical utilizado	Quantidade	NR	ID	Exclusões (NR+ID)	Quantidade validada (Qtde+Exclusões)	%
Sustent	68	1	13	14	54	38,57
Ambient	110	3	21	24	86	61,43
<b>Total de incidências</b>	<b>178</b>	<b>4</b>	<b>34</b>	<b>38</b>	<b>140</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração Própria, 2016.

Ao observar a Tabela 1, nota-se que a utilização de termos com o radical “ambient” é quase duas vezes maior que o uso de termos com “sustent”. Destaca-se também que apenas 4 das 178 incidências não estavam relacionadas à temática sustentável, sendo o número de ID cerca de 8 vezes maior que o número de NR.

Em seguida, foi analisada qual a abordagem do enunciado onde cada incidência se encontrava inserida. Através de interpretação textual, identificou-se que 133 incidências pertenciam a abordagens de Gestão Ambiental (G), 6 faziam referência tanto à Gestão como ao Licenciamento Ambiental (G/L), e apenas 1 não pôde ser identificada.

Buscou-se identificar também, quais programas foram utilizados para a manutenção da

gestão ambiental no estado como instrumentos de ação do governo para a manutenção do discurso de desenvolvimento sustentável. Através da busca pelos radicais “sustent” e “ambient”, foram identificados 30 programas relativos à gestão ambiental e/ou se referiam ao discurso de desenvolvimento sustentável, distribuídos entre os eixos estratégicos e os grupos dos Programas Especiais (PEs), Programas Complementares (PCs) e dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, como observado no Quadro 1.

Quadro 1- Eixos com “Programas Sustentáveis”

<b>Eixo</b>	<b>Nome adotado na pesquisa</b>
Economia Sustentável	Eixo 1
Desenvolvimento Social	Eixo 2
Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano	Eixo 3
Educação Saúde e Segurança	Eixo 4
Gestão Pública	Eixo 5
Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Legislativo: Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC e Tribunal de Contas do Estado – TCE	PMATs
Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: Ministério Público do Estado do Acre – MPE	PMEMs
Programas Complementares	PCs
Programas Especiais	PEs

Fonte: Acre (2011)

Os 30 programas identificados como sustentáveis, foram reunidos em nove grupos, sendo que, a partir de agora, todos esses grupos serão denominados eixos. Assim, a segunda coluna apresenta os nomes que serão adotados para cada eixo identificado. Pelo fato do Referencial Orçamentário apresentar o grupo Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, como eixos distintos, este passa a ser dividido em dois eixos: PMATs e PMEMs.

A Tabela 2 evidencia os resultados das incidências por eixo, demonstrando quantos programas sustentáveis foram identificados em cada eixo. Para elaboração da tabela foram considerados programas “sustentáveis” aqueles que apresentaram as incidências dos radicais “sustent” e “ambient” em sua parte teórica, sendo ela dividida em seis tópicos: Contextualização, Objetivo, Metas e Inciativas e Indicadores.

**Tabela 2-** Eixos dos programas identificados como sustentáveis

<b>Eixo dos programas</b>	<b>Quantidade de programas</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade de incidências</b>	<b>%</b>	<b>Abordagem</b>		
					<b>G</b>	<b>G/L</b>	<b>NI</b>
Eixo1	5	16,67	32	38,1	32	0	0
Eixo 2	3	10	10	11,9	10	0	0
Eixo3	3	10	5	5,95	5	0	0
Eixo 4	3	10	6	7,14	6	0	0
Eixo 5	2	6,67	4	4,76	3	1	0
PMATs	1	3,33	3	3,57	3	0	0
PMEMs	3	10	14	16,67	10	4	0
PCs	2	6,67	2	2,38	0	1	1
PEs	8	26,67	8	9,52	8	0	0
<b>Total das incidências</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>84</b>	<b>100</b>	<b>77</b>	<b>6</b>	<b>1</b>

Fonte: Elaboração Própria, 2016.

A Tabela 2 mostra que 84 das 140 incidências identificadas estão localizadas nos programas de trabalho do governo, estando o restante disseminado nos outros tópicos do PPA. Percebe-se que a maior parte das incidências está localizada no Eixo 1 (38,10 %), seguido do eixo PMEMs (16,67%) e, logo após, o Eixo 2 (11,90%), que somados correspondem a 66,67% do total de incidências identificadas sobre a temática sustentável. Entretanto, dentre os 30 programas de ações planejadas, esses três eixos abrigam apenas 11 programas.

Com relação à abordagem, percebe-se que a maior parte das incidências, cujos enunciados tratam a respeito de Gestão Ambiental (G), estão localizados no Eixo 1 (32 incidências), seguido pelos eixos PMEMs e Eixo 2, com 10 incidências cada um. Entre os que fazem referência tanto à Gestão Ambiental quanto ao Licenciamento (G/L), estão o eixo PMEMs, com 4 incidências e os eixos 5 e PCs, com 1 incidência, cada. Apenas em 1 incidência a abordagem não pode ser identificada (NI), estando localizada no eixo PCs.

A análise qualitativa das características de cada grupo de programas permitiu maior compreensão acerca da finalidade para as ações planejadas. Ao se observar os objetivos de cada programa identificado como sustentável, percebe-se que em seus objetivos/descrições, abordam pelo menos 1 das perspectivas da sustentabilidade – econômica, social, ambiental, geográfica e cultural (BELLEN, 2006), assumindo-a(s) como diretriz(es) principal(is) de suas ações.

Os PCs e os PEs não apresentaram nenhuma incidência. Isso ocorreu pelo fato destes programas não possuírem a mesma estrutura dos demais, não sendo divididos nas seis partes características dos programas. Os programas sustentáveis dos PCs não apresentam uma parte que os descreva teoricamente, sendo identificados pelas incidências em seus títulos. Os PEs, por sua vez, possuem uma pequena descrição que evidencia o foco da implementação destes. Das 10 incidências encontradas nos PCs e nos PEs, a maioria (6) se encontra localizada nos títulos dos programas. Somente 1 incidência se localizava na descrição de um programa pertencente aos PEs. As incidências na Descrição e Título de um mesmo programa foram consideradas como se fosse uma só incidência.

Diante do exposto, percebe-se que não se pode afirmar que os Programas Temáticos, mesmo com o maior número de incidências, possuem uma abordagem mais forte sobre a temática ambiental do que os PCs e PEs do governo, pois estes dois grupos possuem estruturas de apresentação diferentes para os seus programas, não sendo possível uma comparação adequada das intenções e propostas inseridas em cada um. O que se pode afirmar é que por não haver uma explanação densa, como a realizada nos Programas Temáticos, pode afetar a percepção da relevância do programa para a manutenção do discurso de desenvolvimento sustentável, uma vez que o leitor do PPA não consegue visualizar nos PCs e PEs as propostas envolvidas, como o faz nos programas dos eixos estratégicos.

Os resultados apresentados corroboram com o exposto por Paula (2005), sobre o Acre ser considerado como o único estado brasileiro a adotar a sustentabilidade como sua vocação econômica. Isso se torna evidente ao se analisar o seu PPA.

### **4.3 Dos valores orçados no PPA**

Conforme Machado Jr. apud Giacomoni (2008), orçamento pode ser definido como o plano que expressa em termos de dinheiro para um determinado período de tempo, o programa de operações do governo e os meios de financiamento desse programa. A Tabela 3 apresenta uma comparação entre os totais dos valores orçados para os eixos e o somatório dos valores orçados para os programas identificados como sustentáveis.

**Tabela 3-** Análise dos PPAs – orçamento eixo x programas sustentáveis durante o quadriênio (em R\$ milhões)

Eixo	Valor orçamento para os eixos (A)	Quantidade de programas	Valor orçamento para os programas sustentáveis (B)	Quantidade de programas sustentáveis	% (B/A x 100)
Programas Temáticos	8.433,98	25	6.509,94	16	77,19
PMATs	869,68	5	4,30	1	0,49
PMEMs	16.195,89	13	15,97	3	0,10
PCs	389,20	26	15,73	2	4,04
PEs	3.180,31	9	2.343,83	8	73,70
<b>TOTAL</b>	<b>29.069,07</b>	<b>78</b>	<b>8.889,78</b>	<b>30</b>	<b>30,58</b>

Fonte: Elaboração Própria, 2016.

De um modo geral, a Tabela 3 demonstra que os programas sustentáveis dos eixos Programas Temáticos e PEs detêm um percentual elevado dos recursos financeiros destinados a cada eixo, sendo que o primeiro capta 77,19% do valor total dos recursos destinados ao eixo. Esse percentual evidencia que a maioria dos programas sustentáveis se encontra voltada à implementação de políticas públicas que visam atender diretamente às demandas sociais.

Os programas sustentáveis do eixo PEs, por sua vez, apresentam uma captação de 73,30% do valor total destinado ao eixo. Como parte dos recursos destinados a esses programas provêm de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, tem-se um aumento no endividamento potencial do Estado.

No eixo PMEMs, apenas 0,10% dos recursos financeiros se destinam a programas identificados como sustentáveis. Já no eixo PMATs e Tribunal de Contas do Estado (TCE), são apenas 0,49% dos recursos financeiros do eixo. Assim, percebe-se que a gestão ambiental do Estado direciona um percentual consideravelmente inferior à manutenção do discurso do desenvolvimento sustentável dentro da administração pública, se comparado ao percentual de recursos financeiros que se destina à manutenção desse discurso diante da sociedade.

Os programas sustentáveis do eixo PCs apresentam percentual de captação de 4,94% dos recursos do eixo. Considerando que os PCs são definidos como sendo uma versão local dos programas temáticos do governo federal, percebe-se que a participação desse na manutenção do discurso do desenvolvimento sustentável é relativamente inferior à participação do governo local. Desse modo, pela análise do orçamento, entende-se que os resultados da gestão ambiental no Estado, no que se refere ao desenvolvimento sustentável, provêm majoritariamente das ações do governo local.

Embora o eixo dos Programas Temáticos tenha apresentado maior destinação de recursos aos programas sustentáveis, deve-se ressaltar que este é composto por cinco eixos distintos, e que cada um desses possui um foco de ação específico.

Os programas sustentáveis do Eixo 1 captaram 100% dos recursos destinados ao eixo. O exposto por Sachs (2004) não é percebido somente no enunciado dos programas, mas também nos valores destinados para a implementação destes. Desse modo, torna-se claro que o governo do Estado do Acre adota, conscientemente ou não, uma visão de gestão baseada no que o autor expõe: o desenvolvimento sustentável não visa à estagnação da economia, mas busca conciliar crescimento econômico, desenvolvimento social e preservação de recursos naturais.

Contudo, o Eixo 2 destina 9,10% de seus recursos para a implementação de programas sustentáveis. Desse modo, percebe-se que as ações do governo do Estado concordam em parte com o exposto por Sachs (2004) por apresentarem ações de crescimento econômico de forma sustentável. Já por outro lado, se apresentam incoerentes com a visão do autor à medida que se percebe a falta de equilíbrio entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

Com relação à participação de cada eixo no valor total destinado aos programas temáticos, utilizou-se a análise vertical (AV), a fim de evidenciar o percentual de participação dos eixos temáticos. Segundo Lima e Muniz (2016) a análise vertical é um processo que demonstra a representatividade de itens ou subgrupos em relação a determinado valor-base e proporciona o entendimento da importância de cada variável.

A AV evidenciou que o Eixo 3 deteve 41,54% dos recursos destinados. Isso demonstra que, apesar da análise dos enunciados ter identificado o Eixo 1 como o conjunto de programas que possui um discurso sustentável mais evidente, a maior parte dos recursos foi destinada ao Eixo 3. Entre os possíveis motivos, destaca-se que as ações do Eixo 3 demandam naturalmente maior quantidade de recursos por serem majoritariamente obras de longo prazo.

Percebe-se também que o Eixo 2 detém apenas 0,47% do total de recursos previstos para a implementação dos programas sustentáveis. Além disso, o percentual de recursos destinado ao Eixo 5 é de apenas 1,57%. Esse fato pode evidenciar que ações sustentáveis na administração pública não são priorizadas, o que seria contraditório, pois entende-se que não é possível alcançar o proposto por Jacobi (2003) sem primeiro começar pelas pessoas responsáveis pela gestão pública.

#### 4.4 Dos valores orçados na LOA

Embora não exista a obrigatoriedade de a LOA seguir metricamente os valores determinados no PPA, entende-se que quanto maior a variação entre os resultados, menor será a eficácia de previsão do PPA.

A Tabela 4 demonstra a relação entre as dotações nas LOAs e os valores orçados no PPA. São apresentados os valores orçados para os programas sustentáveis, estando estes organizados em eixos, e realizada uma comparação entre os planejamentos a longo e curto prazo.

**Tabela 4-** Comparação PPA x LOAs – Programas sustentáveis por eixo durante o quadriênio (em R\$ milhões)

<b>Eixo</b>	<b>Orçado no PPA (A)</b>	<b>Orçado nas LOAs (B)</b>	<b>% (B/A x 100)</b>
Eixo 1	1.856,65	802,83	43,24
Eixo 2	30,29	68,77	227,08
Eixo 3	2.704,03	1.602,92	59,28
Eixo 4	1.816,82	4.401,69	242,27
Eixo 5	102,16	673,60	659,39
<b>Programas Temáticos</b>	<b>6.509,94</b>	<b>7.549,82</b>	<b>115,97</b>
<b>PMATs</b>	<b>4,30</b>	<b>3,15</b>	<b>73,20</b>
<b>PMEMs</b>	<b>15,97</b>	<b>27,43</b>	<b>171,76</b>
<b>PCs</b>	<b>15,73</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PEs</b>	<b>2.343,83</b>	<b>659,58</b>	<b>28,14</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.889,78</b>	<b>8.239,98</b>	<b>92,69</b>

Fonte: Elaboração Própria, 2016.



Percebe-se que nenhuma das estimativas do PPA foi efetivada totalmente nas LOAs do quadriênio, existindo eixos que receberam menos recursos do que o previsto, como também eixos que receberam dotações consideravelmente maiores. Apesar de todas as diferenças apresentadas entre os orçamentos, evidencia-se que as dotações das LOAs para os programas sustentáveis representaram 92,69% do valor previsto no PPA para estes. Embora esse percentual signifique uma diferença de apenas 7,31% entre os valores dos planejamentos estratégico e operacional, destaca-se que estes são elaborados considerando estimativas de bilhões de reais.

O eixo PCs não apresenta valores orçados nas LOAs, pois não foi possível localizar os seus programas pelos seus códigos ou pelos seus respectivos títulos. Entendeu-se que estes se encontram incluídos no PPA do governo, porém não foram implementados em nenhuma das LOAs, revelando assim, falta de coerência entre os valores apresentados, o que caracteriza uma falha de gestão estratégica.

Não obstante, o governo dispõe de mecanismos de retificação do orçamento a fim de sanar insuficiências nas dotações ou atender a situações não previstas anteriormente. Segundo Lima e Muniz (2016) esses mecanismos são denominados créditos adicionais, e são definidos pela lei 4.320/64 como autorizações de despesas não computadas ou que foram dotadas de forma insuficiente na lei orçamentária, e são classificados em suplementares, especiais e extraordinários. (BRASIL, 1999)

A Tabela 5 evidencia a variação entre os valores orçados inicialmente para os programas sustentáveis e o valor atualizado, mediante a utilização de créditos adicionais. Evidencia-se que os programas sustentáveis obtiveram um aumento de 19% no valor de suas dotações após atualizações. Contudo, destaca-se o expressivo aumento nas dotações para os PEs, que apresentaram um valor atualizado de 102,70% maior do que o previsto inicialmente.

**Tabela 5-** Variação entre orçado inicial e orçado atualizado nos programas sustentáveis durante o quadriênio (em R\$ milhões)

<b>Eixo</b>	<b>Orçado Inicial (A)</b>	<b>Orçado Atualizado (B)</b>	<b>% de variação [(B-A)/A x 100]</b>
Eixo 1	802,83	1139,06	41,88
Eixo 2	68,77	97,23	41,37
Eixo 3	1602,92	1806,99	12,73
Eixo 4	4401,69	5046,87	14,66
Eixo 5	673,60	314,84	-53,26
<b>Programas Temáticos</b>	<b>7549,82</b>	<b>8404,98</b>	<b>11,33</b>
<b>PMAIs</b>	<b>3,15</b>	<b>0,63</b>	<b>-80,10</b>
<b>PMEMs</b>	<b>27,43</b>	<b>19,83</b>	<b>-27,72</b>
<b>PEs</b>	<b>659,58</b>	<b>1380,46</b>	<b>109,29</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8239,98</b>	<b>9805,90</b>	<b>19,00</b>

Fonte: Elaboração Própria, 2016.

Considerando os aumentos no Eixo 1 e Eixo 2, de 41,88% e 41,37%, respectivamente, percebe-se a constante mudança de foco por parte do governo, no que se refere à manutenção de seu discurso do desenvolvimento sustentável.

Nota-se que o planejamento operacional diverge consideravelmente dos valores previstos no planejamento estratégico do Estado, o que demonstra fragilidade no planejamento orçamentário da gestão ambiental no Estado, além de evidenciar a baixa prioridade dispensada a questões do desenvolvimento social. Assim, entende-se que o governo destina recursos para ações de caráter majoritariamente social, contudo, não apresenta um equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento social, conforme expunha Sachs (2004).

#### **4.5 Da Execução Orçamentária**

Para obtenção dos valores referentes à execução orçamentária, procedeu-se a coleta das informações no Portal da Transparência do Estado. Através dos Demonstrativos de Execução Financeira e Orçamentária (DEFOs), foram obtidos os valores empenhados, liquidados e pagos, mas serão considerados, neste estudo, apenas os valores de liquidação orçamentária. Segundo Giacomoni (2008), a liquidação é o direito adquirido pelo credor por cumprir as condições previamente acertadas, seja em contrato, licitação ou outro instrumento de contratação pública. Dessa forma, buscou-se conhecer quanto do orçamento deixou de ser apenas destinação de recursos e quanto foi convertido em bens e serviços disponíveis à sociedade, no que se refere à implementação das ações sustentáveis do governo.

Foi observado que o eixo PMATs obteve o maior percentual de liquidação (99,56%). Contudo, neste eixo, apenas um programa foi identificado como sustentável. Dessa forma, direciona-se a atenção para o percentual de liquidação dos programas sustentáveis do eixo Programas Temáticos (80,88%), que detém grande parcela dos recursos financeiros destinados aos programas sustentáveis identificados no PPA.

Dentro dos Programas Temáticos, destaca-se o Eixo 4, (88,85%), que detém mais da metade dos recursos destinados aos programas sustentáveis temáticos, o que evidencia a sua considerável influência no percentual de liquidação identificado no eixo Programas Temáticos. Destaca-se também, o percentual de liquidação dos programas sustentáveis do Eixo 5, 86,64%. Contudo, este eixo dispõe de uma destinação de recursos cerca de dez vezes menor que a do Eixo 4, superando apenas os eixos PMATs, PMEMs e o Eixo 2, em valores absolutos. Já os programas sustentáveis do eixo PEs apresentam a liquidação de 66,75% da disponibilidade de recursos prevista.

Diante dos resultados apresentados, percebe-se que o discurso do desenvolvimento sustentável do Estado do Acre se encontra nitidamente presente em seu processo orçamentário. Dos 70 programas de ação do governo constantes em seu PPA, 30 fazem referência ao modelo sustentável de desenvolvimento ou apresentam considerações a respeito da preservação e conservação ambiental, sendo, por isso, classificados como sustentáveis. Conforme o planejamento estabelecido no PPA, foram destinados aos programas sustentáveis 30,58% dos recursos financeiros recebidos pelo Estado, contudo, ocorreram divergências entre as previsões realizadas entre os valores do planejamento e execução orçamentários.

O valor das dotações para os programas sustentáveis nas LOAs representa 94,29% do valor estimado no PPA. Isso evidencia uma variação negativa de 5,71% entre planejamento estratégico (PPA) e planejamento operacional (LOAs). Contudo, o valor das dotações, após abertura de créditos adicionais, representa 112,21% das estimativas do PPA. Dessa forma, os recursos disponíveis para a implementação dos programas sustentáveis superam em 12,21% o valor previsto no PPA.

O valor das dotações para os programas sustentáveis dos PMEMs foi significativamente superior ao orçado no PPA. Contudo, houve uma expressiva redução no valor das dotações após as atualizações orçamentárias. Já o valor das liquidações demonstra-se consideravelmente inferior ao valor das dotações atualizadas, cerca de um terço da previsão do PPA. Dessa forma, a execução do orçamento é consideravelmente inferior aos valores orçados, ou seja, a parcela orçamentária convertida em bens e serviços ao órgão atendido pelo eixo é cerca de três vezes menor do que o “prometido” pelo governo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como questionamento norteador a pergunta-problema: Como é percebido o discurso da gestão ambiental no Estado do Acre a partir da análise de seu processo orçamentário? A partir desse questionamento foi traçado o objetivo de se analisar as características da gestão ambiental no Estado através de sua execução orçamentária. Para isso, foram analisados o PPA e as LOAs no intuito de se conhecer a distribuição dos recursos financeiros do Estado para programas identificados como responsáveis pela manutenção do desenvolvimento sustentável no Estado. Esses programas foram identificados através da análise de seus referenciais teóricos, localizando-se os enunciados que continham termos referentes à sustentabilidade e à conservação e/ou preservação do meio ambiente, procedendo-se, em seguida, à interpretação do contexto no qual os enunciados se encontravam inseridos.

Para analisar o planejamento da gestão ambiental no Estado do Acre, identificaram-se os programas destinados à manutenção do desenvolvimento sustentável, através das incidências dos radicais “sustent” e “ambient” em seus enunciados. Ao todo, foram identificados 30 programas sustentáveis, distribuídos nos mais variados eixos de ação, tais como desenvolvimento econômico, incentivo à cultura, preservação de direitos das minorias e aumento da qualidade em educação. Embora estes programas se encontrem em eixos de ação governamental distintos, demonstram-se ligados pelo discurso do desenvolvimento sustentável do Estado do Acre.

No PPA, o valor destinado aos programas identificados como sustentáveis representa 30,58% do valor orçado total. Com relação aos programas sustentáveis que apresentaram maior captação de recursos destaca o eixo dos Programas Temáticos, que captaram 77,19% do orçamento total do PPA e os PEs, com 73,70%. Parte dos recursos destes últimos, por sua vez, provém de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras.

Considerando que o eixo dos Programas Temáticos se divide em cinco eixos de ação estratégica, foram analisados os valores destinados a cada um destes visando uma melhor compreensão da distribuição de recursos para os programas sustentáveis. Evidenciou-se que todos os programas do Eixo 1 foram identificados como sustentáveis, captando 100% do total destinado ao eixo no PPA. Com isso, percebe-se que o governo adota a visão de Sachs, a de que o desenvolvimento sustentável não visa à estagnação da economia, mas colabora para o crescimento desta. Contudo, evidenciou-se também, que o percentual de recursos destinados aos programas sustentáveis do Eixo 2 (9,10%) foi muito abaixo do esperado, uma vez que metade de seus programas foram identificados como sustentáveis.

A análise vertical do PPA evidenciou que os programas sustentáveis do Eixo 3 apresentavam maior percentual de captação de recursos (41,54%) em relação ao total do eixo no qual estavam inseridos. Contudo, após análise das dotações das LOAs, os programas sustentáveis do Eixo 4

passaram a figurar como aqueles com maior dotação orçamentária (58,30%). Isso ocorreu devido às variações constatadas entre os valores do PPA e as dotações das LOAs.

Após as atualizações nos valores orçados nas LOAs, o Eixo 4 continuou a figurar como o que mais destinou recursos a programas sustentáveis, com um percentual de 60,05% das dotações para tais programas. Contudo, o maior percentual de execução orçamentária se deu no eixo PMATs, programas destinados a atender à Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado. Constatou-se que foram liquidados 99,56% das disponibilidades de recursos para o eixo. Não obstante, ressalta-se que foi identificado apenas um programa dentro do eixo PMATs.

Ao realizar um comparativo entre os valores do PPA, LOAs e os Demonstrativos da Execução Financeira e Orçamentária do Estado, identificou-se que o valor das dotações iniciais seria suficiente para cobrir as liquidações orçamentárias dos programas sustentáveis. Em alguns casos, no entanto, não seria possível arcar com a liquidação de alguns valores sem atualizar as dotações orçamentárias.

Comparando-se os valores orçamentários por eixo, evidenciou-se que os programas sustentáveis do Eixo 4 possuem a maior disponibilidade de recursos, bem como maior execução destes.

Considerando o orçamento como sendo um instrumento de administração pública, por meio do qual o chefe do executivo traça suas estratégias de governo e a maneira como irá financiá-las, conforme Moojen apud Giacomoni (2008), tem-se com esses resultados uma redução na eficácia do orçamento do Estado do Acre como ferramenta de gestão.

Em relação à gestão ambiental, os valores apresentados pelo PPA se mostram incoerentes com as necessidades orçamentárias originadas com a implementação dos programas, resultando na quase total alteração das dotações por parte do governo.

Outro questionamento é com relação à necessidade de atualização das dotações quando os valores orçados inicialmente seriam suficientes para garantir a liquidação orçamentária. Esse fato transmite uma sensação de incerteza do governo sobre os valores necessários à manutenção da gestão ambiental no Estado, devido à realização de alterações orçamentárias elevadas nas dotações. Com isso, percebe-se que a gestão ambiental no Estado do Acre, no que se refere à utilização de recursos financeiros, carece de uma melhor adequação entre planejamento e execução orçamentária.

## REFERÊNCIAS

---

ACRE. **Lei nº 2.524, de 20 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015 e dá outras providências. 2011. Disponível em: <<http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei2524.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

BAGGIO, A.; BARCELOS, V. **Educação ambiental e complexidade:** entre pensamentos e ações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial:** conceitos, modelos e instrumentos. 3 ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

BECKER, D. F. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento sustentável:** necessidade e/ou possibilidade?. 4. ed. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2002. p. 31-98.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRAGA, C. **Contabilidade ambiental**: ferramenta para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. **Portaria n. 42, de 14 de abril de 1999**. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1o do art. 2o e § 2o do art. 8o, ambos da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. 1999. Disponível em: <[https://www.al.sp.gov.br/arquivos/leis/orcamento/saiba-como-e-elaborado-o-orcamento-do-estado/P42\\_MPOG\\_14-04-1999.pdf](https://www.al.sp.gov.br/arquivos/leis/orcamento/saiba-como-e-elaborado-o-orcamento-do-estado/P42_MPOG_14-04-1999.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 35. ed. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 6. ed. 2014. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU\\_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o\\_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773)>. Acesso em: 14 jul. 2017.

BUSATTO, L. A. C. P. O conceito de sustentabilidade em uma escola pública municipal da educação infantil de SINOP-Mato Grosso. **Eventos Pedagógicos**, v. 6, n. 2, p. 152-159, 2015.

DAVIS, J.; ELLIOTT, S. **Research in early childhood education for sustainability**: international perspectives and provocations. New York: Routledge, 2014. 337 p.

DAVIS, J. **Young children and the environment**: early education for sustainability. 2. ed. Port Melbourne: Cambridge University Press, 2015.

D'ÁURIA, F. **Ciências das finanças**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1962.

DUBEY, R.; GUNASEKARAN, A.; DESHPANDE, A. Building a comprehensive framework for sustainable education using case studies. **Industrial and Commercial Training**, v. 49, n. 1, p. 33-39, 2017.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks**: the triple bottom line of 21st century business. Oxford: Capstone, 1997.

ENGDAHL, I. Early Childhood Education for Sustainability: The OMEP World Project. **IJEC**, v. 47, n. 3, p. 347-366, 2015

.

EVANS, N.; WHITEHOUSE, H.; GOOCH, M. Barriers, successes and enabling practices of education for sustainability in far North Queensland Schools: a case study. **The Journal of Environmental Education**, v. 43, n. 2, p. 121-138, 2012.

FELGENDREHER, S.; LÖFGREN, A. Higher education for sustainability: can education affect moral perceptions? **Environmental Education Research**, 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. (Série Unifreire, v. 2).

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 14. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREEN, M.; SOMERVILLE, M. Sustainability education: researching practice in primary schools. **Environmental Education Research**, v. 21, n. 6, p. 832-845, 2015.

GRISWOLD, W. Creating sustainable societies: developing emerging professionals through transforming current mindsets. **Studies in Continuing Education**, v. 39, 2017.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANUZZI, P. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **RBEUR**, v. 7, n. 1, p. 55-72, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em Síntese**: território. 2016. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html>>. Acesso em: 09 out. 2016.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-206, 2003.

JACOBI, P. R.; GUERRA, A. F. S.; SULAIMAN, S. N.; NEPOMUCENO, T. Mudanças climáticas globais: a resposta da educação. **Rev. Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, p. 135-148, jan./abr. 2011.

JENKINS, K. How to Teach Education for Sustainability: Integrating Theory and Practice. In: TAYLOR, N.; QUINN, F.; EAMES, C. **Educating for sustainability in primary schools**: teaching for the future. Holanda: Sense Publishers, 2015.

JENSEN, B. B. Knowledge, action and pro-environmental behavior. **Environmental Education Research**, v. 8, n. 3, p. 325-334, 2002.

JICKLING, B. Environmental education research: to what ends? **Environmental Education Research**, v. 15, n. 2, p. 209-216, 2009.

- KENNELLY, J.; TAYLOR, N.; MAXWELL, T.; SEROW, P. Education for sustainability and pre-service teacher education. **Australian Journal of Environmental Education**, v. 28, n. 1, p. 57-58, 2012.
- KJØRHOLT, A. T. The modern child and the flexible labour market: an introduction. In: KJØRHOLT, A. T.; QVORTRUP, J. (Eds.). **The modern child and the flexible labour market: early childhood and care**. London: Palgrave Macmillan, 2012. p. 1-15.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- LANKOSKI, L. Alternative conceptions of sustainability in a business context. **J. Clean. Prod.**, v. 139, p. 847-857, 2016.
- LIMA, S. C.; MUNIZ, J. A. **Contabilidade pública: análise financeira governamental**. São Paulo: Atlas, 2016.
- LOPES, U. M.; TENÓRIO, R. M. **Gestão da sustentabilidade de organizações não governamentais**. Luanda: ADRA, 2006.
- MACEDO, R. K. **Gestão ambiental: os instrumentos básicos para a gestão ambiental de territórios e unidades produtivas**. Rio de Janeiro: ABES, 1994.
- MELO, E. C. **Educação para sustentabilidade e a experiência docente em cursos de administração**. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.
- MERRIAM, S. B. **Qualitative research: a guide to design and implementation**. 3. ed. San Francisco: Jossey-Bass Inc. Publishers, 2009.
- MORAES, R. J. C. **Participação política e gestão ambiental: análise dos processos de licenciamento ambiental das empresas de caulim no nordeste do Estado do Pará 1990/1996**. Belém, PA: Paka-Tatu, 2003.
- NORDDAHL, K. What might early childhood education for sustainability look like? In: Samuelsson, I. P.; Kaga, Y. (Eds.). **The contribution of early childhood education to a sustainable society**. Paris: UNESCO, 2008. p. 73-80.
- PALMA, L. C.; ALVES, N. B.; SILVA, T. N. Educação para a sustentabilidade: a construção de caminhos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). **RAM**, v. 14, n. 3, Ed. Especial, p. 83-118, mai./jun. 2013.

PAULA, E. A. (Des) **Envolvimento insustentável na Amazônia ocidental**. Rio Branco, AC: EDUFAC, 2005.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O que é Desenvolvimento Humano**. 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

PORTAL DO GOVERNO DO ACRE. Sobre o Acre. 2016. Disponível em: <<http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/estado-acre/sobre-o-acre/>>. Acesso em: 09 out. 2016.

RAMPAZZO, S. E. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER, D. F. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?**. 4. ed. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2002. p. 161-190.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAMUELSSON, I. P.; KAGA, Y. (Ed). **The contribution of early childhood education to a sustainable society**. Paris: UNESCO, 2008.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 1-22, 2014.

SCHMIDLEHNER, M. F. A Função estratégica do Acre na produção do discurso da economia verde. In: **Dossiê Acre: documento especial para a cúpula dos povos: o Acre que os mercadores da natureza escondem**. Rio de Janeiro: Conselho Indigenista Missionário, 2012. p.13-20.

SILVA, A. W. P.; SIQUEIRA, E. S. A internalização dos princípios da norma ISO 26000: o caso da petrobras. **Holos**, v. 1, p. 227-243, 2015.

SILVA, L. M. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SMITH, G. A.; STEVENSON, R. B. Sustaining education for sustainability in turbulent times. **The Journal of Environmental Education**, v. 48, n. 2, p. 79-95, 2017.

SPRINGETT, D. Education for sustainability in the business studies curriculum: a call for a critical agenda. **Business Strategy and the Environment**, v. 14, n. 3, p. 146-159, 2005.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.